



MINISTÉRIO DA DEFESA  
SECRETARIA-GERAL - SG  
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM  
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS  
SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Brasília/DF, CEP: 70610-200  
Telefone: (61)3214-0268

PROJETO BÁSICO Nº 47/ 2022 - CODEGEP

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 01 (uma) vaga no curso "**Os impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência - EC n.º 103/2019 e Averbação de tempo de serviço e de contribuição na Administração Pública - Portaria n.º 154/2008 e Decreto n.º 3.048/1999**", na modalidade presencial.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
01	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de capacitação para aquisição de 01 (uma) vaga no curso " <b>Os impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência - EC n.º 103/2019 e Averbação de tempo de serviço e de contribuição na Administração Pública - Portaria n.º 154/2008 e Decreto n.º 3.048/1999</b> ", na modalidade presencial.	17663	01	01	R\$ 2.670,00
	<b>VALOR TOTAL</b>	R\$ 2.670,00			

2. **OBJETIVO**

2.1. A capacitação do servidor está regulamentada no Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal.

2.2. Cabe à Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP estabelecer as ações pertinentes à Capacitação dos Servidores e Militares do CENSIPAM, por meio do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, visando a atualização e a melhoria da eficiência do serviço público e o enriquecimento intelectual desses servidores no desempenho de suas atividades.

2.3. A contratação do curso "**Os impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência - EC n.º 103/2019 e Averbação de tempo de serviço e de contribuição na Administração Pública - Portaria n.º 154/2008 e Decreto n.º 3.048/1999**", visa atender a necessidade da Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas - CODEGEP.

2.4. A presente contratação consta do Levantamento de Necessidade e Desenvolvimento LND/2022 (4069818) e possui previsão no Plano de Trabalho Anual PTA/2022, aprovado pela Diretoria do CENSIPAM.

2.5. Sobre o assunto, informo que o curso ora demandado não é ofertado pela Escola Nacional de Administração Pública - (ENAP), no momento, (4858366), com a temática requerida.

2.6. Por intermédio do e-mail (4850834), o Coordenador confirmou a necessidade da capacitação, fazendo juntar prospecto informativo do curso, conforme documento em anexo (4858340).

3. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Evento de Capacitação</b>	Curso: " <b>Os impactos da Reforma Previdenciária sobre os Regimes Próprios de Previdência - EC n.º 103/2019 e Averbação de tempo de serviço e de contribuição na Administração Pública - Portaria n.º 154/2008 e Decreto n.º 3.048/1999</b> "
<b>Período previsto</b>	13 até 15 de junho de 2022
<b>Horários</b>	modalidade presencial - 1ª dia: 08h30 às 12:30 e 14:00h e 18:00h e 2ª e 3ª dia: 08:30h e 12:30h
<b>Carga Horária</b>	16 horas de aula presencial.
<b>Objetivo</b>	Orientar e transmitir conhecimentos teóricos e práticos, conforme legislação e julgados atuais, abordando aspectos da Lei nº 8.112/90 aplicados nas questões rotineiras da área de pessoal nos órgãos públicos federais, bem como estaduais e municipais que adotem essa legislação subsidiariamente, em especial questões relativas à admissão e às vantagens remuneratórias dos servidores ativos, bem como os benefícios previdenciários dos aposentados e pensionistas no Serviço Público.
<b>Público Alvo</b>	Gestores, chefes, encarregados e servidores do departamento de pessoal e de gestão de pessoas, bem como da área jurídica e de auditoria e fiscalização, e de assessoria superior, lotados em órgãos públicos, além de todos aqueles que tenham interesse no tema.
<b>Conteúdo</b>	MÓDULO I: A Nova Previdência - Emenda Constitucional n.º 103/2019 <ul style="list-style-type: none"> <li>1. As novas alíquotas</li> <li>2. Conceito de readaptação</li> <li>3. Abono de permanência</li> <li>4. Natureza jurídica</li> <li>5. Necessidade de requerimento</li> <li>6. Averbação tardia e retroatividade</li> <li>7. Mudança de cargo e manutenção do direito</li> </ul>

8. Disposições transitórias até a vigência da legislação para o servidor federal
9. Aposentadorias:
10. Voluntárias
11. Por incapacidade permanente para o trabalho
12. Compulsória
13. Especiais:
14. Dos servidores expostos a agentes nocivos à saúde
15. Dos servidores com deficiência
16. Professores
17. Policiais e equiparados
18. Critério de cálculo das aposentadorias concedidas nos termos das disposições transitórias – aposentadorias em geral
19. Critério de cálculo das aposentadorias concedidas nos termos das disposições transitórias – aposentadorias por incapacidade permanente (acidentária)
20. Critério de cálculo das aposentadorias concedidas nos termos das disposições transitórias – aposentadoria compulsória
21. Critério de cálculo das aposentadorias dos professores
22. Critério de cálculo da aposentadoria dos policiais e equiparados
23. Reajuste dos benefícios
24. Regras de transição
25. Sistema de pontuação
26. Sistema de pedágio
27. Sistemática de cálculo das regras de transição
28. Reajuste dos benefícios das regras de transição
29. Regras de transição (Aposentadoria Especial)
30. Requisitos
31. Sistemática de Cálculo
32. Limite da média e dos proventos
33. Reajuste dos benefícios
34. Regras do direito adquirido
35. Acumulação de benefícios pensões civis com base nas emendas constitucionais
36. Dependentes previdenciários
37. Da vigência e limite da pensão por morte
38. Da pensão provisória
39. Da união estável como entidade familiar
40. Da dependência econômica
41. Do pagamento da pensão conforme expectativa de sobrevida
42. Da carência e exceções do benefício
43. Da ordem de preferência dos beneficiários
44. Tempo mínimo de contribuição, de casamento e de união estável
45. Duração da pensão
46. Recálculo da cota da pensão
47. Da perda da qualidade de beneficiário
48. Da extinção da pensão
49. Do cálculo do valor da pensão e do reajuste dos benefícios – RPPS
50. Com paridade
51. Sem paridade
52. Dependente inválido e/ou com deficiência
53. Da acumulação do benefício da pensão
54. Possibilidades e vedações
55. Cálculo por faixas

#### MÓDULO II – Certidões/Averbações

1. Conceitos e regras de aposentadoria no Regime Próprio de Previdência Social do Servidor Público – RPPS
2. Procedimentos para emissão de certidões de tempo de contribuição – CTC
3. Documento Oficial de comprovação de tempo de serviço e contribuição
4. CTC expedida pelo Regime Geral da Previdência Social – RGPS
5. Requisitos da CTC na forma da contagem recíproca
6. CTC em cargos legalmente acumuláveis
7. Apuração das remunerações contributivas
8. Remuneração contributiva considerada pela lei
9. Tipos de tempo a considerar
10. Em dobro:
11. Licença Prêmio
12. Férias
13. Áreas de fronteiras e em operações de guerra
14. Tempos de Contribuição:
15. Natureza pública

	16. Natureza privada 17. Tempo de efetivo exercício na carreira: como proceder quando o servidor não pertencer a nenhuma carreira 18. Tempo de efetivo exercício considerado pela lei 19. Tempo de serviços prestados sem vínculo 20. Tempo de aluno aprendiz (escolas técnicas, agrícolas etc) 21. Tempo de estagiário 22. Tempo de advocacia 23. Conversão do tempo especial em comum 24. Conversão de tempo comum, deficiência leve e moderada 25. Tempo de contratação temporária 26. Dos procedimentos gerais disciplinados para averbação da certidão: 27. A análise da certidão quanto à sua oficialidade 28. A natureza jurídica 29. Finalidades 30. A contagem no tempo no RPPS e no RGPS 31. Tempo certificado pelo INSS sem a respectiva remuneração de contribuição 32. Tempo em múltiplas atividades no RGPS 33. Tempo averbado parcialmente 34. A compatibilidade do tempo a averbar comparada com as informações funcionais do requerente 35. Do tempo em atividade rural 36. Do tempo dos militares das Forças Armadas e das Forças Auxiliares 37. Do tempo apurado em tiro de guerra 38. Do tempo prestado em escolas militares – ITA, IME, CPOR, Aman, EsPCEX etc 39. Do tempo celetista anterior ao Regime Jurídico Único – RJU 40. De tempo de serviço/contribuição: 41. Tempo de serviço público – conceito para fins de opção regra de transição e para cumprimento de requisitos 42. Tempo de serviço para fins de vantagens funcionais – anuênio, licença prêmio etc 43. Tempo de contribuição – conceito 44. Das unidades gestoras responsáveis pela expedição de certidões de tempo de contribuição/serviço/efetivo exercício 45. Dos elementos imprescindíveis para requerer a certidão 46. Dos elementos indispensáveis para formalização da certidão 47. Instituições competentes para expedição de certidões para fins de contagem recíproca 48. Das fontes de extrações de informações para fins de expedição da certidão 49. Do documento que comprova as remunerações contributivas 50. Dos procedimentos adotados para as vias de certidões expedidas 51. Dos registros funcionais relativos às certidões averbadas 52. Do número de registro de controle da certidão e suas finalidades 53. Da emissão de certidão de tempo de contribuição – CTC nos casos de acumulação legal de cargos público e quantitativo de vias expedidas 54. Dos procedimentos de controle de expedição de certidões 55. Dos procedimentos gerais disciplinados para a emissão de certidão de tempo de contribuição pelos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS 56. Da vedação: 57. Da contagem do tempo de contribuição concomitante 58. Da emissão e averbação de certidão para período que já tiver sido utilizado para a concessão de aposentadoria, em qualquer regime de previdência social 59. Da averbação de contagem de tempo ficto 60. Da emissão de certidão de tempo de contribuição – CTC para período fictício 61. Da emissão de CTC como contribuinte facultativo e vinculado a RPPS 62. Da emissão de CTC com reconhecimento de tempo especial e conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum ante o Tema 942/STF 63. Contagem Recíproca 64. Desaverbação/Desaposentação e Desconsideração
<b>Instrucional</b>	-Instrutor presencial;
<b>Ambiente</b>	A Supreme fornecerá sala apropriada com recursos áudio visuais e climatizada. Local: Brasília/DF A Supreme fornecerá coffe break e almoço, aos seus participantes;
<b>Acesso ao Conteúdo</b>	A Supreme fornecerá sala apropriada com recursos áudio visuais e climatizada, assim como o material didático contendo: Caneta, pasta executiva, bloco para anotações, material didático do treinamento; apostila impressa.
<b>Metodologia</b>	O curso será ministrado na modalidade presencial, aulas expositivas e apostila impressa.

3.1. A vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2022 e inicia-se com a assinatura do Termo Substitutivo de Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### 4. PÚBLICO ALVO

4.1. A capacitação destina-se ao servidor relacionado abaixo:

Nome	CPF	SETOR
Thiago da Silva Carneiro	***900.091-**	CODEGEP

4.2. Ressalta-se que por força da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), os “Dados” dos servidores não poderão, em nenhuma hipótese e sob nenhuma circunstância, ser alterados, tratados, transmitidos, repassados, disponibilizados, cedidos, vendidos, emprestados, divulgados e/ou de qualquer outra forma levados a conhecimento de terceiros.

#### 5. CRITÉRIO DE CONTROLES E REGISTROS A SEREM ADOTADOS

5.1. O certificado de participação será entregue ao participante do evento pela empresa Contratada com o aproveitamento mínimo de aprovação de 75% de acordo com a participação nas aulas.

5.2. A Contratada irá disponibilizar a emissão do certificado ao participante;

5.3. Caberá ao Setor de Contratos (SECONT) encaminhar a Nota de Empenho à empresa contratada, quando essa for emitida..

#### 6. VERIFICAÇÃO DOS RESULTADOS

6.1. Os resultados serão averiguados mediante:

6.1.1. Análise da ficha de avaliação a ser preenchida pelo participante; e

6.1.2. Atuação do participante em seu respectivo ambiente de trabalho.

#### 7. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

7.1. O curso será realizado pela empresa SUPREME CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO LTDA, com valor individual do curso para cada participante de de R\$ 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais), conforme documento anexo (4858458).

7.2. Os critérios que definiram a escolha dessa empresa foram:

7.2.1. Pela empresa especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas; vem atuando em diversas capitais, promovendo cursos abertos e fechados (in company), treinamentos, ministrados por professores altamente especializados, que, com seus profundos conhecimentos e notória experiência contribuirão significativamente para o aprimoramento dos servidores públicos.

7.2.2. Com um profundo conhecimento do mercado, somado à capacitação multidisciplinar; visando atender com excelência e qualidade às expectativas de seus clientes. E são reconhecidos por sua atuação ética, transparente e íntegra.

7.2.3. Também com excelentes profissionais trabalhando em conjunto para oferecer: elevado padrão de qualidade; profissionalismo orientado pela ética; comprometimento com os resultados do cliente; confiança nas relações de trabalho; inovação e abertura para mudanças.

7.2.4. Além de desenvolver a estratégia da organização e zelar pelo seu sucesso empresarial, compromete-se com a ética, transparência, independência e excelência técnica dos serviços prestados;

7.2.5. Ainda, por se verificar que o conteúdo programático disponibilizado na ementa do curso possui grande conformidade com as demandas do trabalho executado pela área solicitante da respectiva capacitação;

7.2.6. Em razão do alto gabarito do palestrante que irá ministrar o Curso (4858458):

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO** - Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e atual Corregedor da Corte. Foi Procurador do Ministério Público de Contas do DF e Auditor de Controle Externo do TCDF; exerceu diversos cargos de direção no TCDF, entre eles o de Diretor de Legislação de Pessoal. Ainda, exerceu mandato de Presidente do mesmo Tribunal. Doutor em Direito pela Universidade Autônoma de Lisboa – UAL, Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Direito Público – IDP, Especialista em Direito Público, Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Escritor, autor do livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público e de inúmeros artigos em publicações especializadas. Palestrante e instrutor de cursos nas áreas de legislação de pessoal, aposentadorias e pensões, legislação constitucional aplicada a servidores públicos, gestão de folha de pagamento, auditoria na folha de pagamento no serviço público, entre outros.

7.3. Atribuições regimentais conforme Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019, publicada no DOU nº 39, de 25 de fevereiro de 2019, que aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa, a seguir:

Servidor	Cargo/função	Atribuições da Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal
Thiago da Silva Carneiro	Assessor GTS-2	I - planejar, coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas como recrutamento, seleção, cessão, requisição e nomeação e concurso público, entre outros; II - coordenar, supervisionar e executar as atividades de registro funcional; III - coordenar o processo e elaborar a folha de pagamento e o reembolso; cedidos; IV - realizar as atividades referentes à seguridade social dos servidores suplementar, saúde ocupacional e regime de previdência complementar; V - coordenar, supervisionar e realizar atividades de gestão da carreira e do Censipam; VI - planejar, coordenar, supervisionar e realizar atividades de desenvolvimento; VII - realizar acompanhamento sistemático da legislação e atos normativos, assessorando as demais unidades do Censipam quanto ao seu cumprimento.

7.4. Determina a Lei nº 8.666, de 1993, art. 25, inciso II, que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 do mesmo diploma legal, dentre os quais se observa o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

7.5. Com relação à contratação direta fundamentada no art. 25, inc. II, da Lei de Licitações, leciona Marçal Justen Filho que é necessária a presença cumulativa dos três requisitos: serviço técnico profissional especializado, existência de um objeto singular e sujeito titular de notória especialização. Este entendimento está, inclusive, alinhado à Súmula nº 252 do TCU: “A inviabilidade de competição para a contratação de serviços técnicos, a que alude o inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, decorre da presença simultânea de três requisitos: serviço técnico especializado, entre os mencionados no art. 13 da referida lei, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado”.

7.6. Estando presentes na situação em concreto os requisitos da singularidade do objeto e a notória especialização do profissional, será regular a contratação por inexigibilidade, com fundamento no art. 25, inciso II, ainda que existam no mercado diversos profissionais ou empresas detentores de notória especialização. Isso porque, nessa hipótese não se faz necessário que a empresa ou profissional sejam únicos no mercado, mas precisam reunir algumas particularidades, especialidades que os diferenciam dos demais prestadores de serviços. A inexigibilidade decorre não da exclusividade do prestador do serviço,

mas sim da sua complexidade e da impossibilidade de comparação objetiva entre os especialistas, daí porque pode a entidade, mediante justificativa fundamentada, optar pelo profissional que melhor atenda à sua necessidade.

7.7. Sob outro viés, mas também reconhecendo a inviabilidade de competição, Antônio Carlos Cintra do Amaral aduz que:

"A Administração não pode realizar licitação para treinamento, porque os profissionais ou empresas são incomparáveis. Não há, portanto, viabilidade de competição. A adoção do tipo de licitação de 'menor preço' conduz, na maioria dos casos, à obtenção de qualidade inadequada. A de 'melhor técnica' e a de 'técnica e preço' são inviáveis, porque não se pode cogitar, no caso, de apresentação de proposta técnica. A proposta técnica seria, a rigor, o programa e a metodologia, de pouca ou nenhuma diferenciação. O êxito do treinamento depende, basicamente, dos instrutores ou docentes. Que são incomparáveis, singulares, o que torna inviável a competição."

7.8. Ademais, nessa esteira foi o posicionamento externado pelo Tribunal de Contas da União:

"Ou seja, a realidade brasileira hoje vivencia que mesmo nos cursos que já atingiram certa padronização, a atuação do instrutor ainda faz diferença, afetando os bons resultados almejados no treinamento. Esse fato está estreitamente relacionado com as deficiências observadas na elaboração de manuais padronizados de ensino no Brasil. A aplicação da lei deve ser compatível com a real idade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social. Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoa, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, com o aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim, desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade, é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao Administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar a necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador. Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de treinamento do órgão sob sua responsabilidade."

7.9. Igualmente pertinente às definições e o contorno deste tipo de contratação posto na Decisão nº 439, de 1998, do Plenário do Tribunal de Contas da União, onde consignou a extrema necessidade e importância do treinamento e aperfeiçoamento de servidores para a excelência do serviço público, e definiu como serviço singular todo aquele que verse sobre treinamento diferenciado em relação ao convencional ou rotineiro do mercado. Sugeriu que seriam singulares aqueles cursos desenvolvidos ou adaptados especificamente para o atendimento das necessidades do contratante ou voltados para as peculiaridades dos prováveis treinandos.

7.10. Na esteira do entendimento fixado pela Corte de Contas, cumpre ressaltar que a Advocacia-Geral da União – AGU expediu orientações normativas, as quais são vinculantes para os órgãos jurídicos da Administração Pública. Dentre as orientações, destaca-se a de nº 18, de 1º de abril de 2009, que assim dispõe:

"Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista."

7.11. Vislumbra-se, portanto, o atendimento aos requisitos necessários à contratação direta por inexigibilidade com fundamento no art. 25, II, da Lei nº 8.666, de 1993:

7.11.1. Primeiramente, trata-se de serviço técnico especializado, dentre os mencionados no art. 13 da referida lei (treinamento e aperfeiçoamento de pessoal);

7.11.2. Em segundo lugar, as próprias características da capacitação, tais como carga-horária, conteúdo programático específico, complexidade do assunto, material de apoio oferecido, metodologia empregada no treinamento, instrutores, data de realização e disponibilidade de tempo do pessoal da administração para a participação no dia previsto para o curso, tudo isso acaba por configurar a natureza singular do objeto;

7.11.3. Dessa forma ensina o Professor Jacoby: "É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição". Neste caso, a oportunidade é ditada pela própria instituição. O curso é aberto a terceiros, no tempo certo, determinado.

7.12. Ponto também merecedor de menção é o atinente ao valor cobrado pela empresa para a realização deste evento. É necessária a comprovação de que o valor pedido pela contratada encontra-se em consonância com os valores normalmente pedidos pela mesma para serviços similares em outras instituições públicas. Nesse sentido se manifestou o Tribunal de Contas da União, no Acórdão 819, de 2005 do Plenário:

"Quando contratar a realização de cursos, palestras, apresentações, shows, espetáculos ou eventos similares, demonstre, a título de justificativa de preços, que o fornecedor cobra igual ou similar preço de outros com quem contrata para evento de mesmo porte, ou apresente as devidas justificativas, de forma a atender ao inc. III do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.666, de 1993."

7.13. No caso de contratação de curso por inexigibilidade de licitação, não se exige a coleta de preços entre vários possíveis executantes, uma vez que esse critério é inviável, já que os serviços de capacitação são subjetivos, sendo que cada empresa e profissional tem o seu preço para os serviços desempenhados. A questão é saber quanto determinada empresa cobra pelos seus trabalhos, do mesmo objeto, no mercado. Essa diligência poderá ser realizada, por exemplo, através da verificação de contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições. Por conta disso, é necessário que determinado órgão interessado comprove a consulta referida, em conformidade com a jurisprudência sobre o tema. Nesse sentido, veja-se o posicionamento do TCU:

"No caso específico do treinamento de Servidores, acreditamos que o contratante deva certificar-se de que o preço seja compatível com o de outros contratos firmados no âmbito do próprio Órgão e da Administração em Geral, permitida a graduação em função da excelência do notório especialista contratado (TCU- Decisão nº 439, de 1998)."

7.14. A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação pode ser aferida por meio da proposta apresentada com o preço a ser praticado pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, Orientação Normativa AGU nº 17, de 2009. Conforme destacado pela empresa, para cada inscrição o valor é de R\$ 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais), demonstrando assim sua publicidade e veracidade.

7.15. Para comprovação da razoabilidade do preço praticado pela empresa, e visando verificar contratos iguais ou semelhantes firmados pela empresa com outras instituições, faz-se juntar Notas de empenho emitidas em favor da contratada (4858458).

7.16. Para sustentação da notoriedade da empresa, foram encaminhados cópia do Atestado de Capacidade Técnica a ela fornecido, demonstrando mais uma vez, sua notória especialização conforme documento anexo (4858458).

7.17. Relevante registrar que em 09 de agosto de 2018 foi publicado a Orientação Normativa nº 6/DEADI/SEORI/SG/MD que em seu capítulo IV determina a realização de pesquisa de preço no tocante a capacitação no seguinte sentido

Art. 12. Nas demais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas nos incisos III a XXXIV do art. 24 e no art. 25, da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser observados os seguintes aspectos, no que toca ao preço:

I - os respectivos processos deverão conter obrigatoriamente, dentre outros elementos, a justificativa do preço a ser contratado, de acordo com previsão expressa no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666, de 1993;

II - nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, previstas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a justificativa do preço deverá amparar-se, quando possível, na comparação entre o preço inscrito na proposta atual da empresa/do profissional e o preço por esta/este praticado em contratações anteriores, seja com a Administração

Pública ou com particulares, desde que envolvam o mesmo objeto ou outro similar.

Parágrafo único. Nos casos de contratações de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, a decisão de escolha da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas da Gerência de Gestão de Pessoas deverá recair sobre a empresa que melhor atender às necessidades desta administração central, sem prejuízo da observância aos incisos I e II do *caput* deste artigo.

7.18. Sendo assim, com as informações apresentadas ficou demonstrado que, uma vez preenchidos os requisitos acima, não há possibilidade de contratação do evento com as mesmas características em Escolas de Governo - vide Catálogo de cursos (4858366), sendo possível à Administração realizar a contratação de empresa especializada em capacitação por intermédio de inexigibilidade de licitação, eis que os profissionais ou empresas são incomparáveis, inviabilizando a competição.

#### 8. DADOS BANCÁRIOS

A empresa encaminhou os dados bancários para a realização do pagamento:

**Banco Santander (033)** (Agência: 3100 / Conta Corrente: 13.004691-2)

**Banco do Brasil (001)** (Agência: 1230-0 / Conta Corrente: 58256-5)

#### 9. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

<b>Razão Social</b>	Supreme Capacitação e Treinamento LTDA
<b>CNPJ</b>	34.370.234/0001-42
<b>Endereço</b>	SCS, Quadra 2, Bloco C, Entrada 99 - Edifício São Paulo, salas 314/315 - Asa Sul - Brasília/DF - CEP: 70.314-900

#### 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Responsabiliza-se pelo pagamento dos facilitadores e o fornecimento de material didático e de apoio para o aluno;
- 10.2. Responsabiliza-se pelos recursos necessários para realização do curso;
- 10.3. Assumir inteira responsabilidade pela execução do serviço contratado, não podendo transferi-lo a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante;
- 10.4. Fornecer o certificado ao participante que cumprir 75% de presença nas aulas e atividades;
- 10.5. Zelar pela perfeita execução do serviço, objeto do Projeto Básico;
- 10.6. Realizar o treinamento com a máxima qualidade, primando pela pontualidade do instrutor, boa didática, apresentação de aulas dinâmicas e participativas;
- 10.7. Comunicar com 3 (três) dias úteis de antecedência do início dos cursos, o cancelamento ou adiamento dos mesmos; e
- 10.8. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

#### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Responsabiliza-se pela inscrição do participante;
- 11.2. Exercer a fiscalização do serviço;
- 11.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 11.4. Encaminhar a nota de empenho a Contratada, quando essa for emitida; e
- 11.5. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

#### 12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. Ademais conforme e-mail (4858426) a Coordenação de Orçamento e Finanças informa que existe disponibilidade orçamentária conforme a seguir:
  - a. Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
  - b. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
  - c. Fonte: 100
  - d. Plano Orçamentário (PO): 0005 - Capacitação de Recursos Humanos
  - e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168633
  - f. Natureza da Despesa: 33903948 - Serviços de Seleção e Treinamento
  - g. Código do PTA/2022: 049/22 - Capacitação

#### 13. PAGAMENTO

- 13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, uma vez que os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico;
- 13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 13.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
  - 13.4.1. o prazo de validade;
  - 13.4.2. a data da emissão;
  - 13.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

13.4.4. o período de prestação dos serviços;

13.4.5. o valor a pagar; e

13.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

13.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.6.1. não produziu os resultados acordados;

13.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

13.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017, quando couber.

#### 14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a CONTRATADA que:

14.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

14.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

14.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

14.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

14.1.5. cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

14.2.2. **Multa de:** 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.3. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

14.4. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

14.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

14.5.1. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos;

14.5.2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

14.5.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1 deste Projeto Básico.

14.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

14.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

14.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.11.1. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.11.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.11.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**15. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS**

15.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:

15.1.1. Folder de Oferta da empresa Supreme Capacitação e Treinamento LTDA (4858340);

15.1.2. Atestado de Capacidade Técnica (4858458);

15.1.3. E-mail com indicação de servidor (4850834);

15.1.4. Declaração de que não emprega menores (4858458);

15.1.5. Termo de Compromisso Individual (4858464)

15.1.6. Contrato Social, procurações e RG (4858458)

15.1.7. Nota de empenho emitida por outras instituições em favor da empresa (4858458)

15.1.8. Diante do exposto, sugiro que a presente contratação seja amparada pelo inciso II, do artigo 25, combinado com o inciso VI, do artigo 13 da Lei 8.666, de 1993, a saber:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição em especial:

[...]

II. Para contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicação e divulgação;

[...]

Art. 13. Para fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

[...]

VI. Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

15.2. Quanto à necessidade de se cumprir o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF, a empresa Supreme Capacitação e Treinamento LTDA, encaminhou declaração onde atesta não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, de acordo com o disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto 4.358, de 2002. (4858458).

15.3. Em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, a contratação direta com valor inferior ao limite previsto nos incisos I e II da Lei nº 8.666, de 1993 não exige a publicação do ato de dispensa ou inexigibilidade, segundo a Orientação Normativa AGU nº 34, de 13 de dezembro de 2011. E, não menos importante, não será obrigatória a manifestação jurídica nas contratações fundadas no art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que seus valores subsumam-se aos limites previstos nos incisos I e II da Lei de Licitações, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 46, de 26 de fevereiro de 2014.

Elaborado por:

FABIANA NETTO GUERRA CAIXETA  
Assessora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Submeto o assunto à consideração do Senhor Diretor de Administração e Finanças, solicitando autorização para proceder à contratação pretendida.

IVO BARBOSA LEITE  
Coordenador de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o art. 7º, §2º, incisos II e III, da Lei nº 8.666, de 1993.

EDUARDO SHIGERU MITANI  
Coordenador-Geral de Administração e Finanças  
Ordenador de Despesas

Aprovo o presente Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993. Encaminhe-se à Coordenação de Licitações e Contratos para providências decorrentes.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN  
Diretor de Administração e Finanças

***"Bicentenário da Independência - Soberania é Liberdade"***



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Netto Guerra Caixeta, Assessor(a)**, em 04/04/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Ivo Barbosa Leite, Coordenador (a)**, em 04/04/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Ordenador(a) de Despesas**, em 23/05/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 24/05/2022, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), o código verificador **4860730** e o código CRC **88E15018**.